



OS PARQUES INFANTIS DE RIBEIRÃO PRETO/SP NAS DÉCADAS DE 1950 E 1960.

Maria Beatriz Ribeiro Prandi (1); Sérgio César da Fonseca (2);

(1) *Universidade de São Paulo*, bia.prandi@usp.br; (2) *Universidade de São Paulo*, sergiofonseca@usp.br

Resumo: Este trabalho é resultado do estudo acerca dos parques infantis ribeirão-pretanos das décadas de 1950 e 1960, tendo como fonte de pesquisa a memória oficial para, assim, compreender e (re)construir o passado dos parques da cidade. O primeiro parque infantil foi implantado em Ribeirão Preto em 1951 sob o discurso modernizante das autoridades políticas locais quanto a proporcionar, às crianças da cidade, recreação, atenção à saúde com atendimento médico e odontológico, cuidados higiênicos e, sobretudo, educação física. No parque infantil, em período integral ficavam as crianças com até 6 anos, e em meio período as crianças que já iam à escola de ensino regular. À vista disso, os parques de Ribeirão Preto se tornaram vitrine das administrações municipais, caracterizavam-se e diferenciavam-se pelo seu caráter escolar assistencialista e conseqüentemente, até o final da década de 1970 foram criados em Ribeirão Preto quatorze parques infantis, que permaneceram ativos até 1980, quando foram transformados em Escolas Básicas de 1º Grau. Com isso, os parques tiveram de se adaptar para escolas com classes de recreação infantil, pré-alfabetização e classes de 1º grau, e todo trabalho diferenciado e exaltado que era oferecido naqueles locais, principalmente as atividades lúdicas e a recreação, diminuiu ou deixou de existir. A partir das fontes históricas obtidas no Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto (fotografias, álbuns, matérias de jornal, relatórios e almanaques), pode-se notar o quanto a imagem pública construída pelas diferentes administrações da cidade impregnou e contribuiu para a construção de uma memória dos parques infantis da cidade.

Palavras-chave: Parque infantil; Ribeirão Preto; Educação; Educação Infantil; História da Educação.

Introdução

Os parques infantis surgiram como um novo instrumento político na década de 1930. A institucionalização destes locais ocorreu em São Paulo, influenciado pelo escolanovismo, como parte integrante de um grande projeto de reforma social da cidade. Todos eram construídos próximos às indústrias e a maioria das crianças eram filhos de operários, com faixa etária de 3 a 12 anos de idade. Nesses locais, em período integral ficavam as crianças com até 6 anos, e em meio período as crianças que já iam à escola de ensino regular. (MICARONI, 2007, p. 13). Não era uma instituição responsável somente pela educação dos seus alunos, mas também pela sua

recreação, alimentação e amparo médico e dentário.

De acordo com Kuhlmann Jr. (2000, p. 9), “o parque infantil, na década de 1940, expande-se para outras localidades do país como o interior do estado de São Paulo, o Distrito Federal, Amazonas, Bahia, Minas Gerais e Recife e Rio Grande do Sul”.

Na década de 1950 Ribeirão Preto já era uma cidade referência no interior do Estado de São Paulo e, para continuar desenvolvendo, buscou algumas alternativas, entre elas a incorporação no seu quadro educativo dos parques infantis que existiram em São Paulo. Vale lembrar que após a Segunda Guerra Mundial o desenvolvimento industrial acelerou-se e o “processo de



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

urbanização intensificou-se, atraindo para os grandes centros urbanos uma parcela crescente da população brasileira. As cidades assumiram o papel central na economia e sociedade, congregando as mais variadas espécies de relações sociais”. (GARAVAZZO; MARCONDES, 2004, p. 267).

Nesse período, com o processo de urbanização intensificado em Ribeirão Preto, a população urbana aumentou e a cidade concentrou os serviços de toda região. Com esse aumento da população, o atendimento aos filhos da classe trabalhadora era essencial para o bom desenvolvimento da cidade e os parques infantis se transformaram num recurso privilegiado para essas famílias.

Logo após a inauguração do primeiro parque infantil em Ribeirão Preto (em 1951, por intermédio do Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo), percebe-se, através de documentos depositados no Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto, que o parque se diferia das escolas públicas e particulares da cidade e, com isso, era propagandeado na imprensa local como a pérola da educação da cidade, a qual deveria ser disseminada.

A presente pesquisa trata de analisar a produção da imagem pública dos parques infantis ribeirão-pretanos durante as décadas de 1950 e 1960, tendo como fonte de pesquisa a memória oficial para, deste modo, compreender e (re)construir o passado dos parques da cidade.

Metodologia

O primeiro passo foi realizar uma busca rigorosa por bibliografia cujos temas entrelaçassem de algum modo as questões ora discutidas, bem como informações acerca desses assuntos. Após a busca por referências sobre memória, foi realizada uma discussão

em torno do tema e um enfoque em história e fotografia, debatendo a importância da imagem como documento de valor histórico, pois recorreremos principalmente à história que as fotografias e álbuns depositados no Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto contam sobre os parques infantis que existiram na cidade.

A princípio, foi realizada uma busca por documentos no Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto e por bibliografia sobre a História da Educação de Ribeirão Preto nas décadas de 1950 e 1960, que tivesse pelo menos uma citação sobre os parques infantis da época, em bibliotecas públicas, particulares e universitárias da cidade e também em websites.

Em relação à bibliografia, pouco foi encontrado sobre os parques infantis de Ribeirão Preto, apenas três pesquisas: a dissertação de mestrado de Gabriela Darahem (2011); o relatório final da iniciação científica de Débora Ferreira (2010); e o relatório final da iniciação científica de Michele Fincoti (2012). Os dois primeiros trabalhos foram importantíssimos para o desenvolvimento deste trabalho, pois as duas autoras utilizaram como metodologia a história oral, entrevistando ex-professores e ex-funcionários dos parques infantis de Ribeirão Preto. Dessa forma, pudemos utilizar a transcrição dessas entrevistas, alcançando então aspectos da memória que, diferentemente dos documentos para a história, concretizam-se em discurso falado sobre um processo histórico passado.

No Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto, inicialmente, foram encontrados dois álbuns, um almanaque, uma caixa intitulada “Dossiê dos parques infantis”, artigos de jornais e algumas fotos avulsas. De acordo com esses documentos e com a análise da bibliografia citada, acreditava-se, inicialmente, que apenas sete parques infantis



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

havam sido implantados em Ribeirão Preto. Entretanto, com o desenvolvimento da pesquisa no arquivo esse número foi ampliado para quatorze, sendo que há registros (leis de criação ou autorização para construção) de mais cinco parques – mas não sabemos se eles chegaram a existir ou não – assim como a descoberta de novas fontes sobre esses locais.

As caixas de arquivo com documentos sobre os parques agora totalizam 29, contendo diversos tipos de materiais que informam como ocorreram os processos de implantação dos parques na cidade, bem como nos permitem conhecer o funcionamento e o dia a dia deles.

A busca por Leis, Decretos e Resoluções municipais sobre os parques infantis e a organização da informação encontrada foi imprescindível para o desenvolvimento desta pesquisa, pois é a única ferramenta que nos permite a certeza de qual administração criou cada parque na cidade e o benefício concedido a cada um deles.

Em relação aos jornais, a princípio seriam consultados somente três jornais com grande repercussão na cidade nas décadas de 1950 e 1960. Contudo, após a ampliação do número inicial de parques infantis, decidimos que todos os jornais em circulação no período deveriam ser pesquisados, ampliando assim os grupos que “falam” sobre os parques, e com isso novas informações foram surgindo a partir da leitura de oito títulos de jornais.

Os álbuns e almanaques pesquisados, os quais a princípio totalizavam três, mas que agora somam sete, também tem profunda relevância, pois foram elaborados pelas administrações municipais da cidade e, com esses materiais, podemos perceber que os parques infantis eram considerados a joia rara da educação ribeirão-pretana.

A memória dos parques infantis emanada desses álbuns pode ser encarada de maneiras diferentes, pois as fotografias ali contidas

podem ser vistas como geminação do real ou como intencionais, uma vez que temos de considerar que são uma produção política e que pode ter havido intencionalidade na escolha das imagens neles inseridas.

As fotografias avulsas também se consagraram como rica fonte de pesquisa: foram encontradas 66 imagens oficiais, encomendadas pela Prefeitura Municipal a fim de nos apresentar o dia a dia dos parques da cidade. Essas fotografias passaram pelos processos de análise iconográfica e análise iconológica. No primeiro tipo de análise foi realizada a descrição e a classificação da imagem e a partir dela pudemos realizar a análise iconológica, na qual os símbolos e sintomas culturais foram interpretados, evidenciando a personalidade da população ribeirão-pretana. Dessa maneira, consideramos todas as imagens não apenas enquanto consolidações visuais de definições fixas, mas também ponderando a respeito de toda a rede de produção e circulação, tecendo uma trama de dados em torno dos álbuns, almanaques e fotografias avulsas encontradas, uma vez que estes documentos são frações, não são donos de uma verdade própria, pois cabem apenas em si.

Resultados e discussão

Ribeirão Preto durante muito tempo foi a cidade expoente de uma região reconhecida pela sua participação na economia do café. Isso, durante a Primeira República, foi a marca do reconhecimento da cidade. Entretanto, o município que abrigou os parques infantis das décadas de 50 e 60 em diante é bem diferente. Na realidade, Ribeirão Preto já foi esquadrinhada, sobretudo do ponto de vista historiográfico, sob diversos aspectos. Entretanto, para este trabalho, é interessante sublinhar as condições da cidade



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

nas décadas de 50 e 60, pois já não se é mais uma cidade da Primeira República.

Segundo Luciana Suarez Galvão Pinto (1997), enquanto a atividade cafeeira enfrentava períodos difíceis, o número de operários em Ribeirão Preto só aumentava: em 1938 havia 2.066 operários na cidade; dez anos depois esse número aumentou para 5.400 e, em 1951 (ano da inauguração do primeiro parque infantil da cidade), chegou a 7.000 operários.

Percebe-se que Ribeirão se tornou uma cidade referência na região da Alta Mogiana e que atraía moradores devido a sua boa infraestrutura, tanto que, de acordo com o XXX volume da Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (IBGE, 1958), no começo da década de 50, Ribeirão Preto estava em 6º lugar na lista dos municípios mais populosos do Estado de São Paulo. Em relação às aglomerações urbanas, de acordo com IBGE (1958, p. 33), em 1958 eram: Sede municipal com 63312 habitantes; Distrito de Bonfim Paulista com 976 habitantes; Distrito de Dumont com 889 habitantes; e Distrito de Guataparã com 157 habitantes.

As atividades econômicas que movimentavam a economia municipal não eram somente a criação de gado (início da história de Ribeirão Preto), ou apenas a economia cafeeira. Em 1956, a agricultura, pecuária e silvicultura, e indústrias de transformação eram bastante importantes para a economia de Ribeirão Preto. Com a consolidação de Ribeirão Preto como centro comercial, financeiro e de serviços, a evolução positiva da economia manteve-se nas décadas de 50 e 60, especialmente nas atividades de assistência médico-sanitária e educacionais.

Em relação à assistência médico-sanitária, Ribeirão Preto da década de 50 tinha reconhecidamente um dos mais notáveis centros médicos do interior paulista. De

acordo com o IBGE (1958), seus estabelecimentos hospitalares eram modernos e abrigavam enfermos de todas as cidades vizinhas e também dos mais diversos pontos do país.

Pode-se dizer que, na década de 50, Ribeirão Preto foi um dos mais completos centros de cultura do Estado de São Paulo. Os estabelecimentos de ensino do município proporcionavam educação e cultura não só a estudantes locais, como também a estudantes de diversos pontos do país.

Do ponto de vista da educação, Ribeirão Preto então era consolidada como um município que abrigava universidades e escolas estabilizadas, diversas escolas particulares, rede municipal já em constituição, além de expansão em sua rede estadual. Dessa forma, o nível de instrução geral dos habitantes, revelado pelo Censo de 1950 era, para maiores de 5 anos, 69% de alfabetizados. (IBGE, 1958, p. 35).

Vale lembrar que “Ribeirão Preto detinha uma posição ao redor do vigésimo lugar entre os municípios brasileiros em termos do Índice de Desenvolvimento Humano, que reflete a renda familiar per capita, esperança de vida ao nascer e o nível educacional”. (GARAVAZZO; MARCONDES, 2004, p. 257).

Os estabelecimentos de ensino primário totalizavam 176 unidades escolares (grupos escolares e parques infantis). Dessa maneira, Ribeirão Preto havia se tornado uma cidade referência em certa região do interior paulista, consideravelmente aparelhada de escolas públicas e particulares. A partir desse cenário, a diferença dos parques em relação a tudo que havia na cidade era realçada, pois esses ambientes não eram escola primária, nem pré-escola, tampouco jardim de infância: eram simplesmente parques infantis com um modelo muito próprio se comparado ao que havia de escolas até então.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

No jornal ribeirão-pretano Diário da Manhã de 03 abril de 1949 por meio do artigo intitulado “Água mole em pedra dura tanto bate até que fura”, o promotor público Dr. José de Almeida Peixe Abbade clamava por Parque Infantis na cidade. Era um porta-voz local que, além de posicionar-se como advogado de uma causa necessária ao todo da sociedade ribeirão-pretana, ainda indicava os caminhos da burocracia estatal e dos poderes públicos a quem se poderia recorrer, com o adicional de mostrar aos políticos da cidade os dividendos eleitorais possíveis.

Dessa maneira, os parques infantis começaram a ser implantados em Ribeirão Preto em 1951, durante o mandato do prefeito José Magalhães, por influência do Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo, com um discurso modernista de proporcionar às crianças da cidade recreação, atenção à saúde com atendimento médico e odontológico, cuidados higiênicos e, sobretudo, educação física, pois, da forma como foram concebidos e propostos por esse departamento, possuíam “um sentido amplo que propugnava a ideia de atividades físicas recreativas diversas, com conteúdo de fundo moral, cívico e médico-higienista, que tinha como objetivo promover a saúde de forma articulada com a ideia de educação integral da criança”. (MICARONI, 2007, p.16).

Desde a inauguração do primeiro estabelecimento, nota-se que o modelo paraescolar representado pelos parques infantis foi prontamente difundido em Ribeirão Preto de tal maneira que, em menos de dez anos, havia sete parques infantis na cidade.

Em 1956, Ribeirão Preto comemorou o centenário da cidade e em meio às festividades foi organizado por João Emboaba da Costa um Álbum comemorativo do 1º centenário da fundação da cidade do Ribeirão Preto. Nesse Álbum, os parques infantis eram

tidos como instituições que contribuía com a civilidade de Ribeirão Preto, devido à combinação que realizavam entre o papel escolar e o assistencial.

Se nos perguntassem o que representam os parques infantis e qual a sua finalidade, estaremos plenamente aptos para satisfazer essa indagação curiosa. Sim, porque estando com eles desde seu primeiro vagido, desde o seu desabrochar para nobre finalidade a que se destinam, somos testemunhas vivas do quanto significam para o progresso de uma cidade que nasceu para ser grande como é o caso de Ribeirão Preto. (SOUZA, 1956, p. 83).

À vista disso, os parques de Ribeirão Preto se tornaram vitrine das administrações municipais, caracterizavam-se e diferenciavam-se pelo seu caráter escolar assistencialista. Consequentemente, até o final da década de 1970 foram criados em Ribeirão Preto quatorze parques infantis: Peixe Abbade (1951); Amélia Junqueira (1953); Anita Procópio Junqueira (1954); Dona Iria Junqueira (1954); Dumont (1956); Guatapará (1956); Santa Maria Goretti (1959); Dos Bandeirantes (1963); Ana dos Santos Gabarra (1965); Pe. Emílio Jarbinet (1967); Prof. Áurea Machado (1970); Euclides Castilhano (1975); José Pedro Moreira (1977); e Campos Elíseos (1977?).

Ao analisar o mapa da cidade, percebe-se, com exceção dos parques Iria Junqueira, Ana dos Santos Gabarra e José Pedro Moreira, respectivamente em Bonfim Paulista, Santa Cruz do José Jacques (atual Jardim Irajá) e Vila Fraternidade, que os outros oito parques estão relativamente próximos e não há parques instalados no centro (CE) da cidade. Pode-se conferir que eles foram instalados em bairros “operários”, periféricos e com população menos abastada, ressaltando o



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

parque infantil como recurso assistencialista das administrações municipais da cidade.

Nessa década, as vantagens para a infância, principalmente para os filhos das famílias pobres, eram propagandeadas na imprensa local, como em 1954, quando o jornal A Tarde publicou:

[...] o que representa um parque infantil para a coletividade, normalmente para filhos de operários, ou trabalhadores braçais, inclusive domésticos foge do comentário rápido de uma notícia, mas merecendo estudo profundo de grandes proporções para o perfeito equilíbrio do mundo de amanhã. Nos parques infantis do Barracão e dos Campos Elíseos cerca de 2,500 crianças têm hoje, uma visão diferente da vida. Recebem instrução, alimentação, vestimenta e assistência médica. Isso é um programa completo de boa administração. Daí a atenção devida que o parque infantil merece por parte da administração. Ainda teremos, em breve 5,000 crianças ‘parquizadas’ e isso será de alta valia, com resultados imprevisíveis para a coletividade. (A TARDE, 1954, p. 1).

Os números contabilizados no jornal, por sua vez, fazem sentido se vistos como evidências do alcance do programa de ação assumido progressivamente pelos parques. A ênfase no jogo, na recreação e na educação física constam como diretrizes pedagógicas, desde os primeiros projetos sugeridos pelo Departamento de Educação Física de São Paulo à Prefeitura de Ribeirão Preto, ao passo que, localmente, a cultura dos cuidados higiênicos e sanitários preencheu outra parte importante da pauta de suas atividades cotidianas.

O valioso acervo documental referente aos parques que está no Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto, mostra de que as administrações municipais queriam estabelecer uma boa imagem pública dos

parques infantis da cidade, o que pode ser comprovado pelo Álbum comemorativo do 1º centenário da fundação da cidade do Ribeirão Preto, bem como pelos documentos fotográficos da época, por notas divulgadas pela imprensa sobre as atividades que eram oferecidas nos parques às crianças e os benefícios que ocasionavam à sociedade, como também as celebrações e festejos desses parques, tais como as olimpíadas, jogos e desfiles.

Todas as realizações públicas, convertidas agora em documentos depositados no Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto, são peças da produção de uma imagem pública dos parques infantis e contam sobre seu lugar no aparelho escolar da cidade, participando ainda dos fins políticos do governo local. O caráter escolar e assistencial, a associação do parque e dos serviços de saúde, o transporte, a alimentação e os eventos representam ações públicas a partir das quais a imagem igualmente pública dos parques infantis foi sendo apresentada à sociedade. A produção considerável de fotografias, a repercussão das atividades dos parques nos jornais locais, publicações como os álbuns comemorativos e, bastante importante, o destaque atribuído aos parques nas comemorações do centenário de Ribeirão Preto são indicativos de que havia o intento de projetá-los, de tornar conhecido o papel que cumpriam.

Conclusão

A legislação municipal foi a fonte histórica que permitiu alinhar as informações encontradas na imprensa de 1950 a 1980 com a documentação iconográfica e com a bibliografia referente aos parques da cidade. Com as fontes dialogando é possível afirmar que os parques infantis de Ribeirão Preto eram locais que os governantes, através da



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

mídia, projetavam-se para a sociedade – os parques seriam meio de autopromoção -; mas também eram ambientes em que a prefeitura realmente promovia o bem-estar da infância, especialmente dos pobres; locais que possibilitavam aos pais encontrarem abrigo e educação para os filhos; e locais em que a atividade física era o mote educativo e fiador da saúde e higiene das crianças.

Pode-se notar que a imagem pública construída pelas diferentes administrações de Ribeirão Preto impregnou e contribuiu para a construção de uma memória dos parques infantis da cidade. A imagem que aspiravam divulgar, construir e perpetuar era de uma instituição pública que, além de lidar com o lúdico e assim instigar a criança e o adolescente a ir àquele local, era uma instituição em que eles tinham educação e assistência alimentar, médica e odontológica, o que os retirava das ruas.

Afora isso, a disseminação de uma boa imagem pública de uma instituição como o parque infantil também promovia as políticas públicas locais de educação, cultura e higiene realizadas pelas administrações municipais, resultando também numa boa imagem pública dos próprios políticos, ou seja, numa forma de propaganda política. Se divulgada uma imagem negativa dos parques, a mesma negatividade cairia sobre aquelas administrações.

Os parques começaram a ser descaracterizados quando se instalaram Escolas Vocacionais nos parques da cidade na década de 1960. Afinal, as crianças mais velhas que frequentavam o parque no período oposto à escola regular passaram a estudar nas vocacionais, que ofereciam práticas diferenciadas, desenvolvendo determinadas vocações, como práticas educativas de enfermagem, datilografia, noções elementares de eletricidade, pintura em tecido, arte

culinária, horticultura, canto, música e línguas.

O segundo fator que os transformou e que faz com que poucos saibam de sua existência ocorreu em 10 de outubro de 1980, quando o prefeito Dr. Antônio Duarte Nogueira assinou a Lei nº 3839 (RIBEIRÃO PRETO, 1980a), alterando a denominação dos parques infantis para Escolas Básicas de 1º Grau. Com isso, os parques tiveram de se adaptar para escolas com classes de recreação infantil, pré-alfabetização e classes de 1º grau, e todo trabalho diferenciado que era oferecido naqueles locais, principalmente as atividades lúdicas e recreação, diminuiu ou deixou de existir.

De acordo com Maria Malta Campos (2013, p. 27), durante as décadas de 1970 e 1980, as posições baseadas na teoria da privação cultural tiveram grande impacto nas políticas de assistência social e de educação no Brasil. De acordo com a autora, os parques infantis da cidade de São Paulo passaram a privilegiar atividades formais de preparação para a alfabetização em salas de aula. Além disso, outros programas de educação compensatória para crianças de baixa renda estavam sendo implantados durante o regime militar. Dessa maneira, é possível dizer que as teorias de privação cultural que vigoraram durante as décadas de 1970 e 1980 influenciaram também no fechamento dos parques de Ribeirão Preto, os quais, na mesma época, antes de serem transformados em Escolas Básicas de 1º Grau, perderam gradativamente o caráter assistencialista e a relação com a educação sanitária.

Mas ainda resta uma pergunta: por que obliterá-los se um dia foram a instituição educacional de maior prestígio na cidade? Todavia, essa questão cabe a um novo estudo detalhado das documentações oficiais do final dos anos 70 e começo dos 80 ou até mesmo de uma pesquisa utilizando, como



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

metodologia, a história oral. Afinal, existiram vozes que foram silenciadas e que deveriam ser disseminadas?

Referências

A TARDE. Ribeirão Preto, São Paulo, 1949-1955.

CAMPOS, Maria Malta. Entre as políticas de qualidade e a qualidades das práticas. *Cadernos de Pesquisa*, v. 43, n. 148, p. 22-43, jan./abr. 2013.

COSTA, João Emboaba da (Org.). *Álbum comemorativo do 1º centenário da fundação da cidade do Ribeirão Preto*. Ribeirão Preto, 1956.

DARAHEM, Gabriela Campos. *Contribuição para a história da educação infantil em Ribeirão Preto: experiências de funcionários e professoras das Escolas Municipais de Educação infantil (EMEI)s*. 2011. Dissertação (Mestrado em Psicologia)–Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2011.

DIÁRIO DA MANHÃ. Ribeirão Preto, São Paulo, 1949-1980.

FERREIRA, Débora Menengotti. *Memórias do magistério: idealização do passado e exercício da profissão no presente*. 2010. 62 f. Iniciação Científica (Programa Ensinar com Pesquisa)–Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, 2010.

FINCOTI, Michele Cristina. *Memórias do magistério: idealização do passado e exercício da profissão no presente*. 2012. 89 f. Iniciação Científica (Programa Ensinar com Pesquisa)–Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, 2012.

GARAVAZZO, Juliana; MARCONDES, Renato Leite. *Metamorfoses da economia urbana: os estabelecimentos de um município*

brasileiro (Ribeirão Preto, 1890-1962). *Estudos do Século XX*, Coimbra, n. 4, p. 255-272, 2004.

IBGE. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. XXX volume. 1958. Disponível em:

<<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=227295>>.

Acesso em: 9 mar. 2015.

KUHLMANN JR., Moysés. A educação infantil no século XX. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara. (Orgs.). História, memória e história da educação. In: _____ (Orgs.). *Histórias e memórias da educação no Brasil – vol. III: Século XX*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. 3 v. p. 416-429.

_____. Histórias da educação infantil brasileira. *Revista Brasileira de Educação*, Campinas, n. 14, p. 5-18, 2000.

MICARONI, Silvana. *A educação física nos parques infantis da cidade de São Paulo: 1947 a 1957*. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação)–Universidade São Francisco, Itatiba, 2007.

PINTO, Luciana Suarez Galvão. *Crise e ajustamento da economia de Ribeirão Preto: 1930-1956*. 1997. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Economia)–Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 1997.

_____. Lei nº 3839, de 10 de outubro de 1980a. Altera a denominação dos parques infantis para escolas básicas de 1º grau. Disponível em: <<http://cm.jusbrasil.com.br/legislacao/690912/lei-3839-80>>. Acesso em: 10 nov. 2013.

SOUZA, Maria José Sampaio. Os parques infantis. In: COSTA, João Emboaba da (Org.). *Álbum comemorativo do 1º centenário da fundação da cidade do Ribeirão Preto*. Ribeirão Preto, 1956.